

Problemas apontados pelo Ibre

RIO
AGÊNCIA ESTADO

"O ajustamento econômico do País não se esgota no combate à inflação, pois exige um programa de longa duração capaz de solucionar graves distorções acumuladas nos últimos anos, entre as quais a injusta divisão da renda nacional, o insuficiente desenvolvimento agrícola, sobretudo da produção de alimentos, e inadequados investimentos em educação e pesquisa."

Esta é a perspectiva definida para o próximo governo pela carta do Ibre-Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, que circula com o número de dezembro da revista **Conjuntura Econômica**, órgão oficial da FGV, que começará a ser distribuído na próxima semana a seus assinantes. Os técnicos do Ibre chamam a atenção do novo governo, por ser maior sua responsabilidade diante do fato de que, "depois de cerca de cinco décadas de crescimento econômico acelerado, a estrutura sócio-econômica nacional acumulou, em sua evolução, algumas graves falhas, que se tornaram mais aparentes agora, por efeito da crise do endividamento".

Quanto à má distribuição de renda, a carta do Ibre adverte que sua

persistência poderá prejudicar a continuação do desenvolvimento econômico, e que para evitar essa situação torna-se necessário reorientá-la em direção às camadas da população. O Ibre aponta ainda a excessiva intervenção estatal na economia como um dos fatores responsáveis pela excessiva concentração de renda, já que diminuiu as oportunidades de trabalho, ao reduzir a ação da iniciativa privada. E lembra que muitas indústrias, com produção voltada para o mercado interno, poderiam ser substancialmente reforçadas se fosse melhor a repartição de rendimentos no País.

Nova Agricultura

Uma nova política agrícola para o País é defendida pelo Ibre, diante da elevada perda de renda do setor rural, especialmente na produção de alimentos, que baixou os salários da mão-de-obra campesina e do pequeno produtor, provocando o êxodo para as cidades de milhões de lavradores. Tal situação resultou dos controles de preços sobre os gêneros básicos de alimentação e da introdução de legislações trabalhistas rural e fundiária inadequadas, como os estatutos da terra e do trabalhador rural.

Para o Ibre, torna-se fundamental uma nova agricultura com a eliminação dos reais focos de diminuição dos lucros do agricultor, entre os quais os controles artificiais de preços finais e uma carga tributária, inclusive nas exportações, muito pesada. Também considera insuficientes os investimentos públicos em pesquisa, equipamentos e infra-estrutura rurais.

Ensino e Pesquisa

O Ibre considera, ainda, ligada à agricultura a questão do ensino e da pesquisa no Brasil, lembrando que a baixa produtividade da mão-de-obra e da terra reflete o baixo estágio das oportunidades educacionais e de profissionalização efetiva na sociedade.

Segundo o Ibre, as despesas governamentais em educação caíram de 6,5% do total dos gastos públicos em 1972 para 2,9% em 1981. Acha o Ibre que não basta aumentar os gastos estatais em educação, sendo necessário reorientá-los, deslocando a ênfase da educação superior para os níveis básicos, que apresentam taxas mais elevadas de retorno social e privado.